

# ANEXO



# Enfrentamentos no campo político: um estudo acerca das notas publicadas pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Simone Lopes Silva<sup>1</sup>

Este texto é resultado de um esforço de levantamento de dados sobre as notas publicadas pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA a partir do segundo semestre do ano de 2016 e final do primeiro semestre de 2023. A ideia é analisar sob o ponto de vista do agenciamento da ABA que se coloca enquanto instituição que manifesta seu parecer no campo das políticas públicas relativas à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos no campo político.

Compreendendo que 2016 o Brasil viveu o impeachment que culminou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência, assumindo o seu vice Michel Temer, nesse momento a jovem democracia brasileira entrou em um processo de fragilização, acentuado com o aparecimento cada vez maior de partidos de extrema-direita, chegando até as eleições de 2018, em que Jair Bolsonaro elegeu-se presidente, sendo considerado o representante desta extrema-direita.

Em 2020 a pandemia da Covid-19 atingiu o planeta, se estendendo, de tal maneira, sobretudo, nos povos originários, nas populações mais pobres das periferias, se intensificando em 2021. Em 2022 a vacina chega para muitos tardiamente, ano também do novo governo, o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, quando a esquerda novamente assume a presidência do país. Nesse momento,

---

1. Graduada em História (Universidade Estadual de Alagoas), Mestre em História (Universidade Federal de Alagoas), Doutoranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (Universidade Federal do Pará/Embrapa Oriental). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedades, Ambiente e Ação Pública (SAAP/INEAF/UFPA).

alguns setores do governo, movimentos sociais, academia e a imprensa, em diferentes níveis, “reiniciam” um debate sobre a democracia pós-pandemia, mas em 2023, encerramos este estudo com duas notas extremamente preocupantes, uma sobre a “tese do marco temporal” e a outra sobre a defesa dos direitos dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente e da Vida, tendo relação direta com mudanças sugeridas por parte do Congresso Nacional, encabeçada pela Bancada Ruralista, com o intuito de aprovar um PL inconstitucional que prevê o Marco Temporal que modifica as questões das demarcações de terras indígenas o PL da Mata Atlântica, nitidamente visando ao enfraquecimento do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério do Meio Ambiente.

A ABA, desde sua fundação, busca intervir na sociedade por meio de documentos que apontam os principais percalços causados por equívocos governamentais e setores privados, suas notas causam, dentro e fora da academia, inúmeras discussões e são instrumentos reivindicatórios com base em estudos dos profissionais das Ciências Sociais e Humanas no Brasil.

Este estudo se deu a partir da análise dos documentos publicados pela ABA em seu site institucional, em especial na “janela” intitulada “comunicações”, seguido da “sub-janela” “notas” e nos “Relatórios de Atividades” das gestões de 2015/2016 e 2019/2020. Neste sentido, foi elaborada uma tabela quantificando o número de notas publicadas no segundo semestre de 2016 (a partir de setembro) até o primeiro semestre de 2023 (final de maio). A tabela contém o título da nota, o comitê ou comissão responsável por sua elaboração, o período da publicação e os parceiros que assinaram manifestando acordo. Desse modo, foi possível fazer um levantamento quantitativo, mas sobretudo qualitativo do alcance político da ABA ao dirigir-se à sociedade com suas notas técnicas, de agradecimento e solidariedade, o tom da denúncia perante algum descaso do Estado para com o povo brasileiro.

Assim, percebe-se também onde a ABA possui forças para possíveis enfrentamentos, tendo algum tipo de resposta, e ainda limitações a serem transpostas.

De acordo com sua plataforma na internet, a ABA, neste período, publicou 203 notas, as quais denominou de nota técnica, nota de solidariedade, nota de apoio, nota de pesar, nota de repúdio, nota conjunta, de pedido, de manifestação, de denúncia, nota pública e nota de agradecimento. Essa diversidade busca contemplar as suas 24 comissões e comitês temáticos (tabela 1), que ora assinam individualmente, ora em parceria com parceiros internos e externos. Esses documentos estão sempre evidenciados em seu site institucional. Assim que a pesquisadora/o acessa a plataforma, as últimas notas postadas estão na primeira página, além de serem divulgadas em suas redes sociais, como o Facebook e o Instagram.

**Tabela 1:** Notas dos comitês e comissões no período de 2016.2 a 2023.1

Comissão de Assuntos Indígenas – CAI	67
Comissão de Direitos Humanos	28
Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia	13
Comissão de Ética	0
Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA – Celca	0
Comissão Editorial de Periódicos Científicos da ABA – Cepca	0
Comissão Laicidade e Democracia	1
Comitê Antropologia Visual	2
Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal	0
Comitê de Antropólogas/os Negras/os	6
Comitê de Antropologia e Saúde	9
Comitê de Antropologxs Indígenas	2
Comitê de Comunicação e Divulgação Científica	1
Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas	5
Comitê de Relações Internacionais – CRI	2
Comitê Deficiência e Acessibilidade	14
Comitê Estudos Africanos	2
Comitê Gênero e Sexualidade	5
Comitê Laudos Antropológicos	7
Comitê Inserção Profissional	2
Comitê Migrações e Deslocamentos	17
Comitê Patrimônio e Museus	4
Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos	21
Comitê Quilombos	15

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas informações fornecidas pelo site institucional e Relatórios de atividades da ABA.

## Questões temáticas frente aos desafios políticos

Como se pode observar, a ABA mantém comissões e comitês (tabela 1) ativos direcionados a questões latentes do Brasil e países sobretudo da América do Sul, no sentido de veicular a produção antropológica de diversas maneiras, ou seja, estes grupos temáticos, além das notas, promovem eventos, publicam livros resultantes de inúmeras pesquisas, se articulam com outros parceiros em outras atividades.

Considerando as notas, que se colocam em âmbito político, há no período estudado, exceto a Comissão Editorial de Periódicos Científicos, a Comissão Editorial de Livros Científicos, a Comissão de Ética e o Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal, isso não quer dizer que não houve trabalhos realizados na época, já que são grupos de trabalho com diversas outras atribuições. Além destes, mantiveram-se em evidência, sobretudo as comissões de Assuntos Indígenas, de Direitos Humanos, de Educação, de Ciência e Tecnologia, os comitês de Deficiência e Acessibilidade, de Migrações e Deslocamentos de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, e de Quilombos, com maiores incidências de notas.

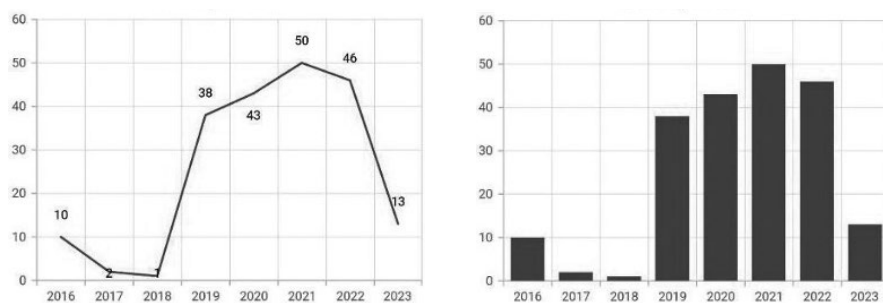
As populações indígenas e as comunidades tradicionais frequentemente negligenciadas em seus direitos, têm suas terras e recursos naturais impactados pelos grandes projetos, colocando suas vidas em risco. Neste sentido, o maior número de notas são da Comissão de Assuntos Indígenas, seguido do Comitê Migrações e Deslocamentos, e do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos (tabela 1). São notas técnicas que fazem parte do fazer antropológico, denunciando situações de violações relacionadas a essas populações, que se traduzem em “lamento e dor” (Magalhães, 2007). Em 2023 os Yanomami reaparecem no cenário nacional e internacional a partir de muitas denúncias de seus líderes, organizações e parceiros evidenciando que a situação em vivem, “nos últimos quatro anos, adquiriu contornos de genocídio, por omissão governamental deliberada e incentivo às atividades ilegais” (Lobo; Cardoso, 2023, p. 1) por conta da atividade do garimpo ilegal na região onde habitam. Em maio de 2021 a ABA, emitiu nota “sobre os ataques à vida e aos direitos dos povos Yanomami, Ye’kewana e Munduruku” (ABA, 2021), para que o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) atuassem de forma incisiva em ações emergenciais protetivas pela vida dos indígenas e comunidades ameaçadas (ABA, 2021), parte da nota que anunciava a emergência Yanomami em 2023.

Neste contexto das questões temáticas a ABA publicizou notas por diferentes comitês demonstrando preocupação em relação a educação básica, sobretudo sobre a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular-BNCC,

quanto aos objetivos formativos e as mudanças que a educação no país precisa, no desenvolvimento do conhecimento científico das habilidades, competências e aprendizagens das crianças e juventudes brasileira.

É importante dizer que todas as notas são assinadas pela ABA, seguido de “seu comitê”, configurando consonância entre o todo da instituição e seus grupos de trabalho. Algumas notas são atribuídas somente a própria ABA, a exemplo de “notas públicas”, como é o caso da nota “contrária à solicitação da AGU ao STF para realizar operações policiais nas Universidades Públicas e Privadas” (ABA, 2019), que em sintonia com outras instituições alegam que a AGU fere com os princípios constitucionais de liberdade de expressão, de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e assim o pluralismo das ideias (Brasil, 2016), de modo que a ABA junto às outras instituições faz reclamação direta ao Estado brasileiro, pelo estado de direito fundamental ao ensino, a pesquisa e a extensão.

**Figura 1:** Notas no período de 2016.2 a 2023.1



Fonte: Gráficos elaborados pela autora com base nas informações fornecidas pelo site institucional e Relatórios de atividades da ABA.

Os gráficos 1 e 2 nos permitem ter uma visão a respeito dos anos em que a ABA divulgou notas, de 2020 a 2022 o fluxo foi constante, particularmente em 2021. Estes dados mostram que estas notas, em sua maioria, são inerentes ao contexto da pandemia da Covid-19, expondo em caráter de denúncia a situação de populações em situação de vulnerabilidade social, sendo o Estado brasileiro o maior violador de direitos humanos naquela ocasião, como manifesta a nota datada de 12 de julho de 2021 sobre a saúde cigana, que contava com a omissão do Estado, sem a efetivação de políticas públicas (ABA, 2021). A nota, também assinada pelo GT Racismo e Saúde da ABRASCO, evidencia que o Estado não reconhece as especificidades dos ciganos como comunidades tradicionais, pois até aquele momento

não estavam incluídos nas políticas destinadas a comunidades tradicionais e já se comprovava o adocimento e óbitos por Covid-19.

O mesmo fato pode ser observado também em relação aos quilombolas e as pessoas com deficiência quanto à prioridade na vacinação em notas de janeiro e maio de 2021, período em que os povos indígenas sofreram em diversos níveis a letargia do governo. A ABA manteve também as notas de pesar sobre os óbitos atribuídos a Covid-19.

Os inúmeros parceiros que assinam com a ABA têm, em sua maioria, uma relação com as Ciências Humanas e Sociais, porém não só, como é o caso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva-ABRASCO ou Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia-SBFA, embora ligadas a área da saúde possuem relações estreitas com as populações do país. Em vista disso, é possível estimar um número expressivo de parceiros com alcance nacional, parceiros internacionais e organizações locais (tabela 2). No período estudado em que se produziram 32 notas, várias instituições ou organizações assinaram junto a ABA, além de assinaturas individuais de pesquisadores, profissionais de diferentes áreas, entre outras instituições.

**Tabela 2:** Instituições e organizações parceiras que assinaram notas da ABA no período de 2016.2 a 2023.1

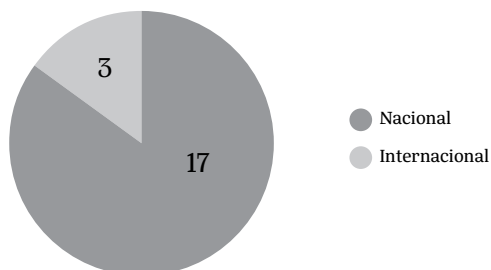
Nacionais	Internacionais
Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco	Association of Social Anthropologists-UK
Associação Brasileira de Ciências – ABC	Sociedade Latinoamericana de Etnobiologia – Solae
Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP	
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs	Associação Portuguesa de Antropologia – APA
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC	
Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS	



Associação Nacional de Ação Indigenista – Anaí	Associação Portuguesa de Antropologia – APA
Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos – Abia	
Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN	
Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia – SBEE	
Associação Brasileira de Agroecologia – ABA	
Associação Brasileira de Educação a Distância – Abed	
Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia – Abenfisio	
Conselho Federal de Psicologia – CFP	
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional – Reneto	
Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia – SBFA	
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib	

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas informações fornecidas pelo site institucional e relatórios de atividades da ABA.

**Figura 2:** Notas da ABA assinadas por instituições e organizações parceiras período 2016.2 a 2023.1



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações fornecidas pelo site institucional e relatórios de atividades da ABA.

Essas parcerias externas mostram o alcance de diálogo e articulação com instituições sociais e científicas, que também são políticas, compreendendo que, da mesma forma que estas instituições assinaram documentos, a ABA também têm colaborado com suas notas e cartas, como é o caso da nota da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF em “repúdio a declarações do Ministro da Educação e do Presidente da República sobre as faculdades de humanidades, nomeadamente filosofia e sociologia” (ABA, 2019). A declaração foi dada acompanhada de notícias consideradas falsas, na época, pelo ministro, Abraham Weintraub, dizendo que “retirá recursos das faculdades de Filosofia e de Sociologia, que seriam cursos ‘para pessoas já muito ricas, de elite’ para investir ‘em faculdades que geram retorno’” (ANPOF, 2019), tais investimentos seriam em outras áreas, desconsiderando as sociais e as humanas. Tal fala foi totalmente considerada pelo presidente, à época, Jair Bolsonaro.

A ABA tem dado atenção quanto à formação profissional dos estudantes universitários em todos os campos do saber, e entende que é importante o conhecimento voltado à diversidade social e cultural do país. No entanto, houve o chamado desmonte da educação superior brasileira durante o Governo Bolsonaro, momento em que a educação superior foi fortemente atingida por corte de despesas especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional n.º 095/2016, fazendo com que as Universidades Públicas Federais, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Conselho Nacional de Pesquisa, passassem a não ter recursos suficientes para organização e participação em eventos, fornecimento de bolsas de pesquisa, além de sofrerem redução do corpo técnico e docente. (Araújo; Macedo, 2022).

## Considerações finais

Este estudo apresenta o levantamento de dados sobre as notas publicadas pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA, a partir do segundo semestre do ano de 2016 e final do primeiro semestre de 2023, e tem como objetivo analisar o agenciamento da ABA no campo das políticas públicas.

Em 2023 encerramos este estudo com duas notas publicadas pela ABA, uma sobre a “tese do marco temporal” e a outra sobre a defesa dos direitos dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente e da Vida. Tendo relação direta com mudanças sugeridas por parte do Congresso Nacional, encabeçadas pela Bancada Ruralista, o Marco Temporal, projeto de lei que estabelece a tese de que a demarcação

de terras indígenas só pode ocorrer em comunidades que já ocupavam esses locais quando a Constituição foi promulgada, em 5 de outubro de 1998, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 30 de maio.

A ABA, por meios de seus comitês e comissões, possivelmente continuará emitido notas técnicas, de repúdio, apoio e manifestação, compreendendo os inúmeros desafios que se opõem aos princípios que a norteiam, como a defesa das populações. Considera-se importante ressaltar a percepção de que o período negacionista do governo de direita iniciado em 2019 não se encerra em 2022 com o fim do governo Bolsonaro, pois suas representações continuam a exalar seu cheiro antidemocrático no congresso nacional.

## Agradecimentos

Ao antropólogo José Moisés de Oliveira Silva, pela disponibilidade, auxílio e compartilhamento de ideias na construção deste artigo quanto à produção de dados e sua experiência como membro da Associação Brasileira de Antropologia-ABA.

## Referências

- ABA, Associação Brasileira de Antropologia. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 30 maio 2023.
- ABA, Associação Brasileira de Antropologia. *Notas*. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/notas/>. Acesso em: 30 maio 2023.
- ABA, Associação Brasileira de Antropologia. *Relatório de Atividades*. Gestão 2015-2016. Políticas da Antropologia. Disponível em: [http://www.portal.abant.org.br/wp-content/uploads/2013/04/www.aba\\_.abant\\_.org\\_.br\\_files\\_20180116\\_5a5df8c985815.pdf](http://www.portal.abant.org.br/wp-content/uploads/2013/04/www.aba_.abant_.org_.br_files_20180116_5a5df8c985815.pdf). Acesso em: 30 maio 2023.
- ABA, Associação Brasileira de Antropologia. *Relatório de Atividades*. Gestão 2019/2020. Antropologia Brasileira: saberes e diálogos na defesa de direitos e diferenças. Disponível em: [http://www.aba.abant.org.br/files/20210205\\_601d810d02719.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20210205_601d810d02719.pdf). Acesso em: 30 maio 2023.
- ANPOF, Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. *Nota de Repúdio a Declarações do Ministro da Educação e do Presidente da República sobre as Faculdades de Humanidades, nomeadamente Filosofia e Sociologia*. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/04/>

Nota-rep%C3%BAdio-declara%C3%A7%C3%B5es-ANPOF 26abril.pdf#:~:text=A%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20de%20P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Filosofia%20%28ANPOF%29,%C3%A1rea%20de%20humanidades%2C%20especificamente%20em%20filosofia%20e%20sociologia. Acesso em: 30 maio 2023.

ARAÚJO, M. A. D.; MACEDO, M. N. O desmonte da Educação Superior no Governo Bolsonaro. *IX Encontro Brasileiro de Administração Pública*. São Paulo/SP - 5 a 7 de outubro de 2022. Relato técnico GT2 Análise de Políticas Públicas. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/358>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 30 maio 2023.

MAGALHÃES, S. M. S. B. *Lamento e dor*. Uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém/Villetaneuse: PPGCS/UFPA e CERAL/Université Paris Nord, 2007.

LOBO, M. S. C.; CARDOSO, M. L. M. Lições de tempos urgentes: a experiência da atenção à saúde Yanomami ontem e hoje. *Caderno de Saúde Pública, Espaço temático: Amazônia*, v. 39, n. 4, e 00065623, 2023.



Este livro foi composto para  
a Editora Unimontes em julho  
de 2024. Foram usados  
os tipos Elizeth e Silva Text.